

## (DES)CATEGORIZAÇÃO DO GÊNERO, NA EDUCAÇÃO

Francisco Bruno Moreira Soares (1); Rita de Cássia Oliveira Lima (1); Lays Carvalho CostaCavalcante (2);

*Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar* ([brunosoares-10@hotmail.com](mailto:brunosoares-10@hotmail.com)<sup>1</sup>)  
([laysportalegre@hotmail.com](mailto:laysportalegre@hotmail.com)<sup>2</sup>) ([rita.guerreiros@hotmail.com](mailto:rita.guerreiros@hotmail.com)<sup>3</sup>)

### RESUMO

Este artigo propõe analisar a limitação da escola frente ao processo de categorização de gênero. Busca, sobretudo, refletir sobre o processo de categorização diagnóstica de gênero, reproduzido e exercido pela escola que atende ao desejo social, de categorizar os sujeitos em “masculino” e “feminino”. Para melhor entendimento, foi necessária uma contextualização histórica do conceito de gênero, perpassando pela necessidade da escola de categorizar, “diagnosticar” e “patologizar” o sujeito na tentativa de nomeá-lo. Este trabalho é delineado como sendo de cunho qualitativo, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica, pois, na sua elaboração, foram utilizados artigos científicos e produções literárias, como livros. O presente trabalho surgiu na necessidade de se refletir sobre vertentes históricas e mais recentes, pelas quais levantou-se discussões acerca do “masculino” e “feminino”, patologização de gênero, transsexualidade e normatização de gênero. Assim, perguntas reflexivas, como: por que os banheiros nas escolas estão divididos em “masculinos”, e “femininos”? Por que o menino não pode brincar de boneca, e a menina de carrinho? Talvez, porque é óbvio que menino tem suas diretrizes marcadas pela masculinidade e esta não pode de qualquer maneira ser distorcidas? O transexual alheio a essa categorização, está em qual lugar? Foram essenciais para o desenvolvimento do ofício. Conclui-se que, a partir da literatura acessada, identificou-se que a escola tem perpassado conceitos normatizações, categorizando e patologizando a sexualidade. Dessa forma, apontamos para a separação desse tipo de prática, com vista na efetividade de programas de formação para os profissionais que atuam no âmbito escolar e também na necessidade de que tal assunto seja tratado como devida importância e frequência na academia.

Palavras Chaves: Gênero, Sexualidade, Categoria.

## INTRODUÇÃO

É necessário nomear o diferente e, não somente, é preferível para manter a ordem pública, que se patologize aqueles que descumprirem a necessidade social de atender ao vosso desejo. Para não ser responsabilidade nossa, aqueles que não se enquadram nas categorias “masculino” e “feminino” serão diagnosticados e alocados as classes subalternas das patologias, assim disse a escola, quando deparou-se com a diversidade de gênero. Judith Butler (2009)

Nesse sentido, este trabalho objetiva refletir sobre o processo de categorização diagnóstica de gênero, reproduzido e exercido pela escola, que atende ao desejo social, de categorizar os sujeitos em “masculino” e “feminino”. Para tanto, será realizado uma breve contextualização histórica do conceito de gênero, perpassando pela necessidade da escola de categorizar, “diagnosticar” e “patologizar” o sujeito na tentativa de nomeá-lo. Conseqüentemente atendendo ao desejo do social, de manter os sujeitos alocados nas classes “masculino” e “feminino”, a escola possivelmente estabelece uma “ordem” que deverá ser seguida, a de não conceber outras classes de gênero. Mas, quando essa ordem não é seguida, surgem os subprodutos desse processo, aqueles que fogem à regra, e não encaixam-se nessas classes, quer poderão ser marginalizados e contemplados, como um “problema”, que foge a esfera educacional, e deverá ser tratado por outras instâncias como a médica, por exemplo.

Os papéis sociais entre homens e mulheres começam a ser construído desde que o(a) bebê está no útero e é construído culturalmente conforme a contemporaneidade. Desde a gestação, a família começa com a preparação do enxoval para a chegada da criança de acordo com o sexo, sendo azul para meninos e rosa para meninas e a partir desse momento começa a idealizar o que a sociedade espera de cada um. Ou seja, da família, escola, mídia, sociedade em geral. É o que Bourdieu (2003), vai afirmar que a divisão das atividades e das coisas recebe uma introdução a necessidade tanto objetiva quanto subjetiva de confirmar um lugar entre homens e mulheres.

Alves e Pitanguy (1985), definem o conceito de gênero como construções socioculturais, na qual é atribuído diferentes papéis para homens e mulheres, em que estas atribuições vão depender de cada lugar, costumes, ou seja, como é organizada a vida política e familiar de cada povo. É o que afirma Suárez (2000), ao corroborar com os autores acima citados, mostrando que o conceito de gênero é compreendido como a desnaturalização do

sexo, delimitando assim, as diferenças e o poder do sexo, sendo características biológicas de cada indivíduo.

Cabral e Diaz (1999), salientam as questões referente a mulher, pois são tratadas quanto ao seu gênero, estabelecendo os papéis que cada uma assume na sociedade e suas relações. Portanto, desde pequena é conduzida a exercer papéis que são consideradas femininas, como brincar de casinha, boneca, e desde criança são estimuladas, a partir de brinquedos e brincadeiras, a expressarem a diferença do sexo, sendo assim, tendo que obedecer às normas sociais e não aos instintos naturais.

Ao tratar desse tema, o conceito de gênero foi implementado e modificado de várias formas no decorrer da história, mas mesmo depois de alguns tempos, para compreender o conceito de gênero resgatamos a celebra frase de Beauvoir (1967):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (p. 9).

Então, existir apenas gênero? Não, existem as identidades de gênero, e sexuais, as orientações sexuais, mas neste trabalho a discussão será em torno da identidade sexual. Por conseguinte, é nesse certame, que o corpo é constituído, pelo desejo incessantemente alocado no sujeito, delimita-se aqui a escola, como sendo o primeiro meio social constituinte do sujeito, junto a família, por conseguinte um corpo que é uma carne a ser significantizada e, posteriormente, a alienação deste desejo, impede que o sujeito possa constitui-se enquanto ele realmente é.

## MATERIAL E METÓDOS

A elaboração deste trabalho perpassou pela reflexão sobre a limitação da escola frente ao processo de categorização de gênero. Para tanto a elucidação de tais arcabouço teóricos só foi possível mediante a consulta e análise de alguns artigos científicos devidamente embasados no tema e livros, caracterizando uma pesquisa bibliográfica, a qual foi escolhida pela veracidade dos fatos que podem ser colhidos, e por ela ser

segundo Freire-Maia (1998), “a ciência que já foi produzida e testada, denominada como ciência-disciplina, está disponível nos livros”.

Desta forma este trabalho é delineado como sendo de cunho qualitativo, e na sua elaboração foi utilizado artigos científicos, e produções literárias, como livros.

Através das leituras realizadas nos artigos científicos sobre a temática proposta foi possível uma melhor compreensão do tema, bem como informações importantes foram dispostas nos mesmos, nos livros foram encontradas conceituações que mesmo fora da temática serviam como arcabouço teórico para problematizar e refletir, acerca da temática aqui disposta.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de constituição da identidade sexual de um sujeito passa pelo crivo das relações inerentes a duas instituições seculares, a família e a escola, e é neste aspecto, e neste certame que o processo de categorização de gênero, começa a ser produzido. Primeiramente, a discussão pífia e redutível em torno apenas de gênero, pois é o desejo heteronormativo, imposto por essas duas instâncias, que inevitavelmente produz o desejo incessante de que todos sejam apenas “homens” ou “mulheres”.

A construção das representações para (Moscovici e Jodelet, 2001) passa pela ordem de objetivação e ancoragem. Perpassando pela ideia de objetivação, de uma noção abstrata, de que existam somente homens e mulheres, materializam-se, no discurso e tornam-se ordem direta, para condição sexual de um sujeito. Naturalizando esse processo, ele é repassado e ancorado ao popular, como uma verdade absoluta, repassado pelos pais aos filhos, e repetido sistematicamente na escola, na produção de discurso, oriunda desse desejo, de que existir um padrão a ser seguidos, o de que somente pode ser dos gêneros masculino e feminino, todos que fujam deste, serão considerados os “sem nome” e “sem classe”.

Seria impraticável abordar todas as identidades sexuais, que se sobrepõe ao gênero masculino e feminino, por isso neste trabalho, será delimitado e utilizado a transexualidade, como uma forma de exemplificar o momento diagnóstico, do processo de categorização de gênero, que possivelmente é exercido, e reproduzido pela escola.

Então, o que é o transexual? Segundo o (DSM V 2014), o transexual é “Um indivíduo que busca, ou se submeteu a, uma transição social de masculino para feminino ou de feminino para masculino, o que, em muitos casos, mas não em todos,

também pode envolver uma transição somática por meio de tratamento com hormônios e cirurgia genital transexual (DSM V, 2014, p. 831) que estar alocado em um transtorno cunhado como sendo Disforia de gênero, ao qual considera patológico, aqueles sujeitos que “apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como *gênero de nascimento*) e o gênero experimentado/expresso” (DSM V, 2014, p. 453)

O sufixo *ismo* quando utilizado em consonância, denotando-se assim, um transexualismo que notadamente ascende a uma temática prevista pelo DSM V, como uma Disforia de gênero, o que por menores cunha ao sujeito, algum tipo de transtorno, e a uma conseqüente patologia. Portanto, ao que refere-se esta temática, será utilizado a transexualidade enquanto um notado processo de uma constituição de identidade sexual, de qualquer indivíduo.

E, em uma tentativa fracassada de contemplar todos nessas categorias, os furos começam a surgir, pois existe aqueles que biologicamente, psiquicamente, socialmente, não veem-se como heterossexuais, ou simplesmente não há necessidade de estarem alocados em uma dessas classes.

Esse discurso porventura é repetido, aplicado e sistematicamente replicado pelas escolas enquanto instituição social, em um processo de categorização diagnóstica dos sujeitos em meio a sua constituição de identidade sexual. Bem verdade em resposta ao social, a escola criva os sujeitos em “homens” e “mulheres”, e todos aqueles que fujam a esta lógica, serão exaustivamente colocados em uma tentativa de moldar a sua constituição de identidade, com a finalidade de estarem dentro da seletiva categoria aqui supracitada.

Por vezes algo se torna tão obvio, que passa despercebido, pois faça-se, a seguinte reflexão: por que os banheiros nas escolas estão divididos em “masculinos”, e “femininos”? Por que o menino não pode brincar de boneca, e a menina de carrinho? Talvez, porque é obvio que menino tem suas diretrizes marcadas pela masculinidade e esta não pode de qualquer maneira ser distorcidas? O transexual alheio a essa categorização, está em qual lugar? Possivelmente, em lugar ao qual é denotado a ele pela escola em um primeiro momento, pois como este não está em uma posição satisfatória, é necessário que seja lhe ofertado um diagnóstico, e com este, a escola possa transferir a responsabilidade de abordar a temática, para qualquer outro profissional.

O processo de exclusão social, que emerge na sociedade, também é passível que venha a ocorrer na escola, e é imaginável que o transexual, por não

atender ao desejo do social, por vezes de seus pais que desejavam um filho hetero, por exemplo, não está nas classes de gênero dominantes, possam vir a sofrer com essa exclusão na escola, por provavelmente essas duas instâncias, o social a escola, não conseguirem compreender a relação deste com o seu corpo, buscam um ideal inconsciente como possivelmente a única verdade.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher, Beauvoir (1967), nos alerta e nos mostra a verdade imbuída no processo de categorização, que reverbera na escola, pois é esta que ao delimitar o carrinho, revolver, boneco para o menino, e a boneca, os brinquedos de panelas e cozinha para as meninas, produz o “artefato social que é o homem viril, ou uma mulher feminina” (Bourdieu, 2002, pág. 42).

E aquele menino que repele o boneco ou revolver, e prefere pentear e troca as roupas da boneca, não é viril, másculo, e intuitivamente, repreendido pela professora, com a famosa frase entoada, sob sua imponência, de alguém que deve manter a ordem e diz “isso não é brincadeira de menino”. A criança com poucos recursos simbólicos, e as voltas com sua inquietude, de não compreender seu corpo, e o processo de descobrimento de qual será sua identidade sexual, acatar tal ordem, como a mais verdadeira das razões.

Falta à escola neste momento o recurso de entender e compreender que não estamos falando apenas de ser homem ou mulher, ou apenas como (FREUD, 1920), nos traz como uma escolha objetual, que designa a orientação sexual, que seria como o sujeito se sente, enquanto homossexual, bissexual ou heterossexual, mas sim ir além dessa discussão de gênero, e entender que o sujeito constitui também uma identidade sexual, que remete-se a maneira como este reconhece o seu corpo, para assim podermos não conceber apenas o sujeito a partir de sua escolha objetual, mas buscar compreender a sua singularidade, pois é como Judith Butler (2009), discorre que por exemplo o homem do gênero masculino, define sua orientação sexual, como homossexual, a partir da sua escolha objetual que é outro homem, mas se este não se reconhece no corpo masculino, e identifica-se com o feminino, denotando-se um transexual, e continua com sua escolha objetual, então seria hetero ou homossexual?

Por isso prescinde-se que o corpo seja formado por uma linguagem, e constituído de um sujeito inconsciente, e é um corpo marcado pelo outro, pelo discurso do outro. E, conseqüentemente como (LACAN, 1971-1972), diz que é natural ao nascer que as crianças sejam, divididas em duas grandes classes, meninos e meninas, mas chamar a atenção, ao ponto de que, essa divisão, não é feita pelo indivíduo, mas por nós. A este ponto, que deve-se a reflexão de perpassa para além também da orientação sexual,



por estar ainda categorizar o sujeito, em homo, hetero, ou bissexual.

O nome na chamada, criva o sujeito a um lugar, lugar este que é lhe dado, sem uma consulta prévia se este sente-se confortável com a situação, e se neste dado momento, aquele que é nomeado como por exemplo, “João”, concebe-se como “Maria”. Frente a isso, o que fazer? Possivelmente, a escola poderá, diagnosticá-lo com um transtorno cunhado como sendo Disforia de gênero, ao qual considera patológico, aqueles sujeitos que “apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como *gênero de nascimento*) e o gênero experimentado/expresso” (DSM V, 2014, p. 453).

Provavelmente, sob a espreita justificativa de que o diagnóstico de Disforia de gênero é necessário para que o sujeito obtenha sua cirurgia de transgenitalização, que é concebida a partir, da Resolução nº 1.652/2002 do CFM, a escola vangloria-se por ajudar aquele sujeito encontrar-se no corpo que desejava. Mas falha miseravelmente, pois não percebe que somente está incentivando uma prática discriminatória, a qual para conseguir esta cirurgia, o sujeito deverá ser diagnosticado como transexual. Por conseguinte, para que assim seja exequível o processo de categorizar o gênero, pois com a cirurgia, tem-se novamente um menino ou uma menina.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é atravessada pelo desejo do outro (social), a manter de apenas existir categorias de gênero, e produzir o processo de categorização de gênero, para fomentar o masculino e feminino, enquanto as únicas classes, concebidas ao sujeito. Mas quando, algo faz furo nesse desejo, e surgir uma nova categoria, é o momento de diagnosticar, e repassar a demanda para outra instância, além da educacional, e quando não reestabelecida a ordem, patologizase, para que se possa justificar o menino, que gosta de menino, a menina que virou menino, enquanto uma patologia, que mais a frente poderá encontra uma solução, e a ordem ser estabelecida.

São os banheiros que só comportam o masculino e o feminino, as brincadeiras que são divindades em futebol para os meninos, e pular amarelinha para as meninas, o boneco para ele, e a boneca para ela, é o sonho de quando crescer ser médico para o menino, e dentista para a menina. È não conceber que o menino, pode ter uma boneca, e mesmo assim, ainda ser menino, é ir além do desejo do outro, do social, e respeitar a subjetividade de cada um, entender que não existem gêneros, mas identidades de gêneros,

que são sexuais, ao tocante de um sujeito que não é homem ou mulher, não é ... Pois, quando diz-se é algo, advém a necessidade de categorizar, e patologizar, segregar, ao escapar do crivo do desejo lançado.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Arán, M. (2006). **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. *Ágora*, 9(1), 49-63.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Butler, Judith, *Desdiagnosticando o gênero*, Tradução: André Rios Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA, 2009

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRYM, Robert. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV**. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre : ARTMED, 2002, 4a. ed.

LACAN, J. (1949/1998) **“O estádio do espelho como formador da função do eu”**. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 8 páginas

\_\_\_\_\_. (1971-1972/2012) *O Seminário*, livro 19: ... ou pior. Rio de Janeiro: Zahar

Jodelet D. *Representações Sociais: um domínio em expansão*. In: Jodelet D, organizador. *As Representações*

*Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ; 2001. p. 17-44 Moscovici S. Pourquoi l'étude des représentations sociales en psychologie? *Psychologie et Société* 2001;